



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**  
**CONSELHO SUPERIOR**

**ATA DA 272ª SESSÃO ORDINÁRIA DO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**

Aos vinte e cinco dias do mês de janeiro de dois mil e dezenove, às quinze horas, na Sala de Reuniões do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, teve início a Sessão Ordinária do Conselho Superior, sob a condução da Presidente do CSMPDFT, Fabiana Costa Oliveira Barreto. Estiveram presentes os Conselheiros, Procuradores de Justiça, Ruth Kicis Torrents Pereira, Benis Silva Queiroz Bastos, Arinda Fernandes, Eduardo José de Oliveira Albuquerque, Katie de Sousa Lima Coelho, Mauro Faria de Lima, Tânia Regina Fernandes Gonçalves Pinto, o Conselheiro Suplente Antonio Ezequiel de Araujo Neto e o Corregedor-Geral do MPDFT, Procurador de Justiça José Valdenor Queiroz Júnior. Ausentes justificadamente os Conselheiros José Firmo Reis Soub e Selma Leite do Nascimento Sauerbronn de Souza. **I – EXPEDIENTE. 1. APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR.** O Conselho Superior, à unanimidade, aprovou a ata da 271ª Sessão Ordinária, de 14 de dezembro de 2018. **2. COMUNICAÇÕES DA PRESIDÊNCIA. A.** Apresentação do cronograma de eleição para elaboração, pelo Conselho Superior, da lista tríplice para o cargo de Ouvidor do MPDFT (art. 77, parágrafo único, da Resolução CSMPDFT nº 170/2014 c/c art. 1º e 5º da Resolução CSMPDFT nº 43/2003). O Colegiado, à unanimidade, aprovou o cronograma. **3. COMUNICAÇÕES DA PROCURADORIA DISTRITAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO – PDDC.** Sem comunicações. **4. COMUNICAÇÕES DA OUVIDORIA. A.** Memorando nº 182/2018 – Ouvidoria, de 15 de janeiro de 2019 (*Tabularium* nº 08191.003958/2019-82), que encaminha o relatório mensal da Ouvidoria do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, relativo ao mês de dezembro de 2018; **B.** Memorando nº 004/2018 – SIC, de 15 de janeiro de 2019 (*Tabularium* nº 08191.003960/2019-51), que encaminha o relatório dos Pedidos de Informação, segundo a Lei 12.527/2011, relativo ao mês de dezembro de 2018; **C.** Relatório de Gestão da Ouvidoria do MPDFT, biênio 2017-2019. A Ouvidora do MPDFT, Rose Meire Cyrillo, fez uso da palavra para prestar esclarecimentos e apresentar os relatórios. Cientificado o Conselho Superior. Os membros do Conselho Superior teceram elogios à Ouvidora, pela dedicação e excelente atuação na condução dos trabalhos. **5. COMUNICAÇÕES DA CORREGEDORIA-GERAL. A.** Indicação de suplente do Corregedor-Geral do MPDFT, para aprovação pelo Conselho Superior, conforme deliberação na 271ª Sessão Ordinária. O Conselho Superior aprovou a designação do Procurador de Justiça Mário Perez de Araújo para o cargo de Corregedor suplente, conforme indicação da Corregedoria-Geral. **B.** Encaminhamento de cópia das decisões que determinam o arquivamento dos seguintes Procedimentos: (1) Expediente nº 08191.092208/2016-24; (2) Expediente nº 08191.099060/2017-30; (3) Expediente nº 08191.115026/2017-10; (4) Expediente nº 08191.019379/2018-71; (5) Expediente nº 08191.082866/2018-70; (6) Expediente nº 08191.090304/2018-08; (7) Expediente nº 08191.097214/2018-30; (8) Expediente nº 08191.115409/2018-79; (9) Expediente nº 08191.126303/2018-09; (10) Expediente nº 08191.130623/2017-74; (11) Notícia de Fato nº 08191.022641/2018-64; (12) Notícia de Fato nº 08191.091367/2018-73; (13) Notícia de Fato nº 08191.091600/2018-18; (14) Notícia de Fato nº 08191.105754/2018-02; (15) Notícia de Fato nº 08191.108814/2018-31; (16) Notícia de Fato nº 08191.113487/2018-39; (17) Representação nº 08191.042355/2018-15. A Conselheira Benis Silva Queiroz Bastos declarou seu impedimento para analisar a homologação de arquivamento da Representação nº 08191.042355/2018-15. O Colegiado, à unanimidade, homologou o arquivamento dos referidos expedientes. **II – AUDIÊNCIA PÚBLICA. 1. Processo nº 08191.075093/2017-94.** Interessado: Promotor de Justiça Ali Taleb Fares. Assunto: *Afastamento de curta duração para elaboração de dissertação de mestrado*. Relator: Conselheiro ANTONIO EZEQUIEL DE ARAUJO



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**  
**CONSELHO SUPERIOR**

NETO. Discussão: Breve relato dos fatos pelo Relator. Os Conselheiros parabenizaram o Promotor pela relevância do tema para o Ministério Público. **Decisão:** Apresentação da dissertação de mestrado do Promotor de Justiça Interessado, nos termos do art. 39, da Resolução CSMPDFT nº 170/2014. Tendo em vista o cumprimento de todas as exigências contidas nos artigos 10 e 11, da Resolução CSMPDFT nº 71/2006, o Conselho Superior, à unanimidade, acompanhou o voto do em. Conselheiro-Relator pelo arquivamento do Procedimento. **III – ORDEM DO DIA. 1. Processo nº 08191.117671/2018-58.** Interessados: Procuradora de Justiça Ana Luisa Rivera e Conselho Superior do MPDFT. Assunto: *Proposta de alteração do artigo 7º da Resolução CSMPDFT nº 64/2005.* Relator: Conselheiro ANTONIO EZEQUIEL DE ARAUJO NETO. Discussão: Resumo do assunto tratado nos autos pelo relator. A Procuradora de Justiça Ana Luisa Rivera fez uso da palavra para esclarecimentos. **Decisão:** O Conselho Superior, à unanimidade, acompanhou o Conselheiro-Relator pela alteração da redação do artigo 7º da Resolução CSMDPFT nº 64/2005, nos termos do voto. **2. A** Presidente do Conselho inverteu a pauta a pedido e chamou o **Processo nº 08191.121849/2018-65.** Interessado: Procurador de Justiça Leonardo Roscoe Bessa. Assunto: *Afastamento para apresentação do desempenho do Ministério Público, na Universidade de Syracuse, NY, EUA, nos dias 27 e 28/11/2018.* Relatora: Conselheira SELMA LEITE SAUERBRONN DE SOUZA. Voto Vista: Conselheira KATIE DE SOUSA LIMA COELHO. Discussão: Amplo debate. A Presidente do Conselho fez uso da palavra para tecer ponderações sobre a Portaria Normativa nº 554/2018. O Conselheiro Antonio Ezequiel de Araujo Neto e Arinda Fernandes anunciaram que juntariam voto escrito. **Decisão:** A Conselheira Katie de Sousa Lima Coelho apresentou duas questões preliminares. Em primeiro lugar, a Conselheira requereu que fosse afastado o impedimento do Conselheiro José Firmo Reis Soub, por não se enquadrar em nenhuma hipótese legal, pois não havia assinado a portaria que autorizou o afastamento. O Colegiado, à unanimidade, declarou que o Conselheiro José Firmo Reis Soub não está impedido, porquanto não assinou o ato impugnado. Em segundo lugar, a Conselheira Katie de Sousa Lima Coelho suscitou o impedimento da Presidente do Conselho Superior, Fabiana Costa Oliveira Barreto, tendo em vista sua manifestação quanto ao mérito, à época da edição da Portaria PGJ nº 1324/2018, na condição de Chefe de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça. A preliminar restou prejudicada, pois a Presidente declarou-se impedida, assumindo a presidência do restante do julgamento a Conselheira Ruth Kicis Torrents Pereira, membro mais antigo do Colegiado. No mérito, a Conselheira votou pela nulidade incidental da Portaria PGJ nº 554/2018, por ofensa aos artigos 48, X, e 127, § 2º, da CF/1988, e 26, II, e 157 da Lei Complementar nº 75/1993, e pela não homologação da Portaria PGJ nº 1324/2018. Superada esta nulidade, votou pela não homologação do afastamento, tendo em vista que o requerente encontrava-se em pleno gozo de férias, nos termos do art. 23 da Resolução CSMPDFT nº 225/2016. Por fim, votou pela não homologação da autorização, porquanto não demonstrada a urgência de seu deferimento sem prévio pronunciamento deste Conselho Superior, como determina o art. 204, II e §1º, da Lei Complementar nº 75/1993. Acompanharam o voto divergente os Conselheiros Mauro Faria de Lima e Benis Silva Queiroz Bastos. A Conselheira Ruth Kicis Torrents Pereira declarou-se impedida por não estar presente durante a leitura do Relatório, em conformidade com o disposto no art. 13, parágrafo único, da Resolução CSMPDFT nº 170/2014. O Conselho Superior, por maioria, acompanhou o voto da Relatora, pela confirmação da decisão que autorizou o afastamento do Procurador de Justiça Leonardo Roscoe Bessa, ocorrido nos dias 27 e 28 de novembro de 2018. Vencidos os Conselheiros Katie de Sousa Lima Coelho, Mauro Faria de Lima e Benis Silva Queiroz Bastos. **3. A** Presidente inverteu a pauta a pedido e chamou o **Processo nº 08191.102204/2018-23.** Interessada: Promotora de Justiça Maria Elda Fernandes Melo. Assunto: *Requerimento para manifestação durante a realização de Sessão do Conselho Superior do MPDFT.* Relatora: Conselheira RUTH KICIS TORRENTS PEREIRA. Discussão: Breve relato dos fatos. **Decisão:** O Conselho Superior acolheu, à unanimidade,



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**  
**CONSELHO SUPERIOR**

o voto da Conselheira-Relatora pelo deferimento do pedido para que a Interessada possa exercer seu direito de resposta. A Promotora de Justiça Maria Elda Fernandes Melo compareceu à sessão e exerceu seu direito de resposta, com o consequente exaurimento do objeto e arquivamento do feito. A sessão foi suspensa por alguns minutos. **4. Processo nº 08191.090395/2018-73.** Interessados: Procuradora de Justiça Katie de Sousa Lima Coelho e Conselho Superior do MPDFT. Assunto: *Proposta de alteração da Resolução CSMPDFT nº 180/2014.* Relator: Conselheiro MAURO FARIA DE LIMA. Discussão: Leitura de relatório e voto. **Decisão:** O Conselho Superior, à unanimidade, acompanhou o Conselheiro-Relator pela revogação da Resolução nº 180/2017 e aprovação de nova Resolução que trata de procedimento de remoção, por permuta, de Membros do MPDFT, nos termos do voto. **5. Processo nº 08191.127819/2018-62.** Interessados: Secretaria-Geral e Conselho Superior do MPDFT. Assunto: *Promoção de membro, por antiguidade, ao cargo de Promotor de Justiça da carreira do MPDFT.* Relator: Conselheiro JOSÉ FIRMO REIS SOUB. Discussão: O Relator estava ausente justificadamente e foi nomeada como Relatora *ad hoc* a Conselheira Arinda Fernandes, que procedeu a leitura do relatório e voto. **Decisão:** O Conselho Superior, acolhendo à unanimidade o voto da Conselheira-Relatora *ad hoc*, decidiu pela promoção, por antiguidade, do Promotor de Justiça Adjunto Lucas Salomé Farias de Aguiar ao cargo de Promotor de Justiça da carreira do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, em vaga decorrente da aposentadoria voluntária da Promotora de Justiça Cláudia Maria de Freitas Chagas. **6.** A Conselheira Tânia Regina Fernandes Gonçalves Pinto solicitou a inclusão extrapauta de processo de sua relatoria. O Colegiado deferiu o seu pedido e a Presidente chamou o **Processo nº 08191.004829/2019-10.** Interessados: Procuradores de Justiça Eduardo José Oliveira de Albuquerque e Katie de Sousa Lima Coelho. Assunto: *Proposta de alteração do Anexo I da Resolução CSMPDFT nº 64, de 27 de setembro de 2005, com pedido liminar.* Relatora: Conselheira TANIA REGINA FERNANDES GONÇALVES PINTO. Discussão: Leitura de relatório e voto. A Presidente concordou com o colegiado em apresentar uma proposta de alteração da Resolução CSMPDFT nº 64/2005, com a exclusão do seu Anexo I, o que desvinculará as Procuradorias de Justiça em relação às escalas de sessões em Turmas e Câmaras do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, escolha que ocorrerá em reunião entre os Procuradores cada vez que se fizer necessário. **Decisão:** A Relatora votou pelo indeferimento de expedição do provimento liminar e pela realização de consulta aos Procuradores de Justiça, na forma do §4º do artigo 17 da Resolução CSMPDFT nº 170/2014. O Conselho Superior, por maioria, deferiu a liminar, nos termos solicitados pelos Interessados. Prevaleceu o voto da Presidente, tendo em vista o empate, conforme art. 3º, §2º, da Resolução CSMDPFT nº 170/2014. Vencida a Relatora, Tânia Regina Fernandes Gonçalves Pinto, e os Conselheiros Benis Silva Queiroz Bastos e Arinda Fernandes. **IV – MANIFESTAÇÃO DOS CONSELHEIROS.** A Secretária do Conselho Tutelar, Conselheira Arinda Fernandes, apresentou ao Colegiado o Cronograma para entrega das Comendas da Ordem do Mérito do MPDFT referente ao ano de 2019, tendo sido deliberada a data do dia 20 de maio de 2019 – Dia do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, para a data da entrega das condecorações. O colegiado, à unanimidade, aprovou o planejamento apresentado. A Conselheira Arinda Fernandes informou a necessidade de retificação da ata da 269ª Sessão Ordinária, realizada no dia 19 de outubro de 2018, uma vez que foi feita a moção de elogios à Servidora Laiane Vasconcelos Leão Velame pela participação no projeto “Atendimento psicossocial e acompanhamento de medidas alternativas em Santa Maria”, quando a servidora participou no projeto “Rede de enfrentamento à violência contra a mulher do Gama”. Consultados, à unanimidade, o Conselho Superior votou pela retificação. O Conselheiro Antonio Ezequiel de Araujo Neto sugeriu a moção de elogios nos assentamentos funcionais dos Promotores de Justiça do GAECO e do CI, a qual foi aderida, à unanimidade, pelo Colegiado. Por fim, a data da próxima Sessão Ordinária ficou definida para o dia 8 de fevereiro de



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**  
**CONSELHO SUPERIOR**

137 2019, sexta-feira, às 14h30. Para constar, eu, Arinda Fernandes, Secretária do Conselho Superior,  
138 lavrei a presente ata, a qual vai assinada por mim e pela Presidente do Conselho Superior.

**FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO**

Presidente do Conselho Superior  
Procuradora-Geral de Justiça

**ARINDA FERNANDES**

Secretária do CSMPDFT  
Procuradora de Justiça

Assinado por:

ARINDA FERNANDES - SCS em 18/02/2019.

FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO - Precon/PGJ em 18/02/2019.

.